

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Conforme a Lei 14.133/21

Pregão Eletrônico nº 016/2026**Processo Administrativo nº 0105/2026****Legislação de regência: Lei Nacional 14.133/21 e Decreto Municipal 443/2024****OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de internet (banda larga) incluindo a instalação, operação e manutenção para atender as necessidades da Administração Pública Municipal de Conceição do Jacuípe - BA.**SIGILO:** () SIM (x) NÃO**REGISTRO DE PREÇOS:** () SIM (X) NÃO**UNIDADE (S) REQUISITANTE (S):** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE – BA**1. DO OBJETO****1.1. NATUREZA**

- (x) Comum
() Especial
() Comum de Engenharia
() Especial de Engenharia
() Obra
() Técnico especializado de natureza predominantemente intelectual
() Especial de Tecnologia da Informação e de Comunicações
() Locação
() Artigo (s) de luxo, em hipótese autorizada por regulamento

1.2. QUANTITATIVO

Destaca-se que, na forma do art. 18, § 1º, IV, da Lei 14.133/21, que a quantidade abaixo pormenorizada estimada, não vislumbra interdependência com outros contratos, possibilitando economia para a administração.

	Locais	Velocidades/ MB	Tecnologia	Endereço
	ADMINISTRAÇÃO 14.222.574/0001-19 FREF MUN DE CONCEICAO DO JACUIPE			
1	POLICIA CIVIL	200	FIBRA	
2	CONTABILIDADE	300	FIBRA	prefeitura
3	PREFEITURA M. DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE TRIBUTOS E OBRAS	300	FIBRA	prefeitura
4	TESOURARIA	300	FIBRA	prefeitura



5	SETOR PESSOAL – RH	300	FIBRA	prefeitura
6	LICITAÇÃO	300	FIBRA	prefeitura
7	COMUNICAÇÃO	300	FIBRA	prefeitura
8	GARAGEM MUNICIPAL	100	FIBRA	prefeitura
9	GABINETE PREFEITURA	500	FIBRA	prefeitura
10	ARQUIVOS PUBLICO MUNICIPAL	100	FIBRA	Praça Benjamin Costa, Centro
11	PELOTÃO	300	FIBRA	Rua Dois de Julho, 18, centro
12	Secretaria da mulher	50	FIBRA	4ª. Tv. Rui Barbosa, 81-9
13	SECRETARIA DE AGRICULTURA	100	FIBRA	4ª. Tv. Rui Barbosa, 81-9
14	Pat SINE BAHIA	100	FIBRA	PRAÇA MANOEL TEIXEIRA DE FREITAS, S/N - CENTRO.
15	GUARITA MUNICIPAL	100	FIBRA	JOSE RIBEIRO COSTA 37
16	CENTRO DE ABASTECIMENTO	100	FIBRA	RUA PEDRO VALADARES N2
17	Mercado de arte secretaria mun cultura e arte	300	FIBRA	PRAÇA MANOEL TEIXEIRA DE FREITAS, S/N - CENTRO
18	Mercado de arte	100	FIBRA	PONTOS EXTRAS
19	Mercado de arte	100	FIBRA	PONTOS EXTRAS
20	Mercado de arte	100	FIBRA	PONTOS EXTRAS
21	Mercado de arte	100	FIBRA	PONTOS EXTRAS
22	Mercado de arte	100	FIBRA	PONTOS EXTRAS
23	Mercado de arte	100	FIBRA	PONTOS EXTRAS
24	Mercado de arte	100	FIBRA	PONTOS EXTRAS
25	Mercado de arte	100	FIBRA	PONTOS EXTRAS
26	Mercado de arte	100	FIBRA	PONTOS EXTRAS
ASSISTÊNCIA SOCIAL 14.837.3750001-15 FUNDO MUN DE ASS SOCIAL BOLSA FAMILIAR				
1	CRAS	100	FIBRA	R. do Lot. Ana Azevedo 230
2	SECRETARIA ASSITENCIA	500	FIBRA	rua dois de julho
3	COZINHA	50	FIBRA	sem endereço
4	CONSELHO TUTELAR	50	FIBRA	rua dois de julho
5	LAR DO IDOSO	100	FIBRA	JOAO PAULO II
EDUCAÇÃO 30.845.445/0001-33 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CONC DO JACUIPE				
1	COLÉGIO ANTONIO ANTUNES	50	FIBRA	RUA TADEU CERQUEIRA, S/N. CENTRO
2	COLÉGIO ARQUIMINIA	100	FIBRA	rua Joao Pimentel Ribeiro Parque Ouro Verde, s/n - Centro
3	ESCOLA SÃO FRANCISCO DE ASSIS	50	FIBRA	RUA NOVA BRASILIA, S/N
4	ESCOLA SANTA RITA DE CÁSSIA	50	FIBRA	RUA PRINCIPAL DO BESSA, S/N
5	ESCOLA BOM SUCESSO	50	FIBRA	Fazenda Bom Sucesso
6	ESCOLA BOM SUCESSO (ANEXO)	50	FIBRA	R. Almir. Barroso, 39 - Centro
7	ESCOLA DANIEL RIBEIRO	50	FIBRA	rua Manoel Anacleto Ferreira da Silva sn Guedes
8	ESCOLA 1º GRAU SERGIO CARDOSO	200	FIBRA	RUA TEODORO SAMPAIO, S/N - PREDIO
9	ESCOLA LAURA RIBEIRO LOPES	200	FIBRA	RUA CASTRO ALVES, 178 - PREDIO. CENTRO.



10	ESCOLA GUSTAVO DULTRA	50	FIBRA	BR 324 SAO LUIZ, S/N. CASA
11	ESCOLA MUNICIPAL ARLINDO FERREIRA	50	FIBRA	R. Teodoro Sampaio, 1 - Centro,
12	ESCOLA PRIMITIVA de azevedo morais	100	FIBRA	Rua Emilio de Azevedo Barbosa Ilicuritiba
13	ESCOLA JOSE ANTÔNIO O. DE ALMEIDA	50	FIBRA	FAZENDA GAMELEIRA, S/N gamaleira
14	ESCOLAR NOSSA .SENHORA DA CONCEIÇÃO (PICADO)	50	FIBRA	PRACA DA MATRIZ, S/N - PREDIO. DISTRITO PICADO.
15	ESCOLA PETRONILHO P. COELHO	50	FIBRA	Fazenda guedes sn centro
16	ESCOLA VITALINA DE ARAUJO CORREIA (PICADO)	50	FIBRA	Povoado do Picado - BA-516
17	ESCOLA ESTER RIBEIRO LOPES	50	FIBRA	avenida berimbal sn baldes
18	ESCOLA BACILDES de azevedo morais	50	FIBRA	rua Emilio de Azevedo Barbosa
19	GRUPO ESCOLAR DA PINDOBA	50	FIBRA	Av. Getúlio Vargas, 288-290 pindoba
20	ESCOLA ALICE PINTO PIMENTEL	50	FIBRA	fazenda lage sem bairro lages
21	ESCOLA JOAO PIMENTEL RIBEIRO	100	FIBRA	RUA SANTA RITA DE CASSIA BESSA
22	ESCOLA TERTULIANO PEREIRA ROQUE	50	FIBRA	rua nova ilicuritiba sn bairro ilicuritiba
23	ESCOLA LAURINDO GOMES DIAS	50	FIBRA	CONJUNTO NOVA BRASILIA URBIS1 CENTRO
24	ESCOLA VISCONTE DE OLIVEIRA	50	FIBRA	fazenda tabuleiro sn distrito picado
25	ESCOLA VILA ESPERANCA	200	FIBRA	si brasilíia 12581 vila esperanza
26	ESCOLA PROFESSORA MARIA VALONGO DE CARVALHO	50	FIBRA	distrito do picado sn distrito do picado
27	ESCOLA MUNICIPAL AMPARO	50	FIBRA	FAZENDA amparo sn amparo
28	CRECHE 24 HORAS	100	FIBRA	RUA almirante barroso pindoba
29	CENTRO DE REFERÊNCIA EDUCACIONAL MULTIPROFISSIONAL	100	FIBRA	rua senhor do bomfim 33 centro
30	GRUPO ESCOLAR ERNESTINO ROSA SILVA	50	FIBRA	Fazenda oitizeiro
31	AMAI ASSOCIACAO DE APOIO AO MENOR AO IDOSO E ADO ADOLESCENTE	100	FIBRA	RUA JOAO MOREIRA DA CIRCUNCISAO 03 CENTRO
32	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO -SEDE	300	FIBRA	
33	TEATRO	100	FIBRA	loteamento belo horizonte
34	ponto extra	100	FIBRA	ponto extra
35	ponto extra	100	FIBRA	ponto extra
36	ponto extra	100	FIBRA	ponto extra
37	ponto extra	100	FIBRA	ponto extra
38	ponto extra	100	FIBRA	ponto extra
SAÚDE 11.322.978/0001/96 FUNDO MUN DE SAUDE DE COM DO JACUIPE				
1	UNIDADE SATÉLITE DA FAMILIA - PORONGA	100	FIBRA	Distrito bessas



2	UNIDADE SATÉLITE DA FAMÍLIA - OITIZEIRO	100	FIBRA	Fazenda Oitizeiro
3	UNIDADE SATÉLITE DA FAMÍLIA - TABULEIRO	100	FIBRA	CONUMIDADE TABULEIRO DO PICADO
4	UNIDADE SATÉLITE DA FAMÍLIA - CAJA	100	FIBRA	CAJA
5	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA - BALDEZ	100	FIBRA	R. João dos Santos Marinho, 172
6	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA - BESSA	100	FIBRA	Rua Principal do Bessa, s/n, Povoado de Bessa.
7	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA - BELO HORIZONTE	100	FIBRA	Loteamento Belo Horizonte
8	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA - BOM SUCESSO	100	FIBRA	COMUNIDADE COM SECESSO
9	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA - NOVA BRASÍLIA	100	FIBRA	RUA COLONIA GUSTAVO DUTRA UBIS2
10	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA - GAMELEIRA	100	FIBRA	Estr. da Fazenda Gameleira
11	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ILICURITIBA	100	FIBRA	Rua A, nº 15, Illicuritiba,
12	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA - DO PICADO	100	FIBRA	PSF Povoado do Picado
13	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PARQUE OURO VERDE	100	FIBRA	Travessa 1 Salustiano Barbosa, 10 OURO VERDE
14	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA - GUEDES	100	FIBRA	LOTEAMENTO FRANCISCO COSTA GUEDES rua terezinha martins cerqueira
15	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA - JOAO PAULO II	100	FIBRA	RUA F LOTEAMENTO JAO PAULO II
16	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA - LAGES	100	FIBRA	ESTRADA FAZENDA GAMELEIRA
17	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA - JOEL CAETANO	100		LOTEAMENTO JOAL CAETANO
18	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA - TRIBO	100	FIBRA	2 TRAVESSA DO FLAMENGO BAIRRO TRIBO
19	UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA - VILA ESPERANÇA	100	FIBRA	RUA H RESIDENCIAL VILA ESPERANÇA
20	POSTO DE SAUDE CENTRO	100	FIBRA	LOTEAMENTO BELO HORIZONTE RUA A
21	SAMU	100	FIBRA	RUA RIO BRANCO Praça manóel Leôncio Ribeiro
22	CAPS 1 LEOPOLDO AZEVEDO DA SILVA	100	FIBRA	3A Tv. Rui Barbosa, 81-9
23	Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)	200	FIBRA	R. Castro Alves, 13
24	CAPS I CRIANÇAS	100	FIBRA	LOT BELO HORIZONTE
25	GRIPARIO MUNICIPAL E-MAESM	100	FIBRA	RUA CASTRO ALVES, SN CENTRO.
26	POSTO DE SAÚDE PSICOSSOCIAL CAPS	100	FIBRA	3A Travessa Rui Barbosa, 10 - Vitória
27	HOSPITAL ACM	800	FIBRA	rua colonia nova brasilã sn
SECRETARIA DE SAUDE				
1	CENTRO DE SAÚDE DA MULHER Especialidades FARMÁCIA BÁSICA	200	FIBRA	R. João Hipólito de Azevedo, 40



2	SECRETARIA DE SAÚDE	500	FIBRA	R. João Hipólito de Azevedo, 41
3	Regulação (novo)	100	FIBRA	R. João Hipólito de Azevedo, 42
4	ponto extra	100	FIBRA	ponto extra
5	ponto extra	100	FIBRA	ponto extra
6	ponto extra	100	FIBRA	ponto extra
7	ponto extra	100	FIBRA	ponto extra
8	ponto extra	100	FIBRA	ponto extra
9	ponto extra	100	FIBRA	ponto extra
10	ponto extra	100	FIBRA	ponto extra
11	ponto extra	100	FIBRA	ponto extra
12	ponto extra	100	FIBRA	ponto extra
13	ponto extra	100	FIBRA	ponto extra
14	ponto extra	100	FIBRA	ponto extra

1.3. PRAZO DO CONTRATO

O contrato administrativo decorrente da presente licitação terá duração de um ano, podendo ser prorrogado.

1.4. POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

O contrato oriundo da presente licitação, poderá ser prorrogado, observada a maior vantagem econômica, disponibilidade de créditos orçamentários e a opção de extinguir o contrato, sem ônus, na forma do art. 107, da Lei 14.133/21.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, concluiu pela viabilidade da presente contratação.

Nele, se estabeleceu que a necessidade da Administração em contratar serviços de internet é melhor suprida pela solução de realização de pregão eletrônico por menor preço, para contratação de empresa prestadora de serviços de internet para executar o objeto apresentado pela Prefeitura na forma de regime de empreitada, com avaliação de menor preço.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de internet banda larga, por meio de fibra óptica, incluindo instalação, configuração, operação, suporte técnico e manutenção, para atender às necessidades da Administração Pública Municipal de Conceição do Jacuípe - BA.

A contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, por se tratar de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, conforme a legislação vigente.



A adoção do pregão eletrônico se mostra mais vantajosa por garantir maior competitividade entre os fornecedores, ampliação da disputa, transparência do processo e, consequentemente, maior economicidade para a Administração Pública.

Serão atendidos estimadamente 110 pontos de acesso à internet, distribuídos entre as diversas unidades administrativas, educacionais, de saúde e assistenciais do município, com velocidades definidas conforme a necessidade de cada local.

A empresa contratada será responsável por toda a infraestrutura necessária ao funcionamento dos serviços, bem como pela garantia de qualidade da conexão, suporte técnico e continuidade dos serviços.

A solução adotada visa assegurar conectividade estável, segura e eficiente, essencial para o funcionamento das atividades administrativas e atendimento à população.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os fornecedores participantes deverão atender as exigências do art. 62 e seguintes, da lei 14.133/2021, relacionados a habilitação, conforme segue:

4.1.1. A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação de:

- a) Cédula de identidade do empresário ou de todos os sócios;
- b) registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso a alteração social consolidada devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado das alterações, se houver, devidamente registrados ou a consolidação respectiva e de prova de diretoria em exercício;

OBSERVAÇÕES:

- Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;
- Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;
- Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante;

4.1.2. A **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes Documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.
- g) o cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).



Para as **microempresas e empresas de pequeno porte** aplicar-se-ão as disposições constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

4.1.3. A **Qualificação Econômica Financeira** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demonstrações contábeis dos 2(dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

a.1) cumprirão a exigência do subitem anterior, limitando-se ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.2) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I. Publicados em Diário Oficial ou;

II. Publicados em jornal de grande circulação ou;

III. Registrados na Junta Comercial da sede/domicílio do licitante ou;

IV. Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC, de 1º de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento. V. Sistema Público de Escrituração Digital – Sped-Contábil (Decreto Federal nº 6.022/2007); nos termos do art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 787/2007, devendo apresentar referidos documentos, devidamente assinados, na forma do § 5º do art. 10 da Instrução Normativa DNRC nº 107/2008.

b) Os índices econômicos deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

c) A boa situação financeira do licitante, será aferida pela observância, dos índices apurados pela fórmula abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado por contabilista habilitado.

ILG – ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL $\geq 1,00$

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

ILC – ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE $\geq 1,00$

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

GEG – GRAU DE INDIVIDAMENTO $\leq 0,50$

$$\text{GEG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

c.1) A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 01 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira.



d) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.

4.1.4. A **Qualificação Técnica** será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

a) certidões ou atestados, que demonstrem capacidade técnica e operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior do objeto deste termo.

4.2. Atendidas as exigências legais, fiscais, trabalhistas e ambientais pertinentes à execução do objeto, a empresa contratada deverá atender também:

4.2.1. Comprovar que se encontra devidamente autorizado a prestar serviços de telecomunicações, mediante apresentação de ato de autorização expedido pela ANATEL, compatível com o objeto da presente licitação em conformidade com a legislação vigente.

4.2.2. Como condição de habilitação, o licitante deverá comprovar que se encontra devidamente autorizado a prestar serviços de telecomunicações, mediante apresentação de ato de autorização expedido pela ANATEL, compatível com o objeto da presente licitação.

4.2.3. O licitante deverá declarar, sob as penas da lei, que todas as informações prestadas à ANATEL, inclusive aquelas constantes do Sistema de Coleta de Dados – DICI, estão atualizadas, íntegras e em conformidade com a realidade operacional da empresa.

4.2.4. Apresentar declaração comprovando o uso legal dos postes da rede elétrica no município licitante, junto à concessionária de energia, com apresentação de contrato de cessão de uso.

4.2.5. A contratação deverá contemplar a prestação de serviços de internet banda larga com fornecimento de link dedicado e/ou compartilhado, conforme a necessidade de cada unidade administrativa, garantindo conexão estável, segura e com velocidade compatível com a demanda dos setores atendidos.

4.2.6. A empresa contratada deverá ser responsável pela instalação, configuração, operação e manutenção de toda a infraestrutura necessária ao funcionamento do serviço, incluindo equipamentos, cabeamento e demais componentes indispensáveis, sem ônus adicional para a Administração.

4.2.7. O serviço deverá possuir disponibilidade contínua, com nível mínimo de qualidade, garantindo alta taxa de disponibilidade (uptime), baixa latência e estabilidade na conexão, de forma a não comprometer as atividades administrativas. Deverá ainda contar com suporte técnico especializado, com atendimento em tempo hábil para resolução de falhas e interrupções.

4.2.8. Fornecer roteador em comodato para todos os pontos de internet.

4.2.9. A contratada deverá assegurar a segurança da rede, protegendo os dados trafegados contra acessos indevidos, além de disponibilizar monitoramento e gerenciamento do serviço, quando necessário.

4.2.10. Sempre que demandado, deverá ser possível a ampliação ou redução da capacidade contratada, de acordo com as necessidades da Administração Pública, garantindo flexibilidade na execução contratual.



4.3. É vedada a subcontratação dos serviços, nos termos do §2º, do art. 122, da Lei nº 14.133/2021.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O objeto do contrato será executado de acordo com a necessidade do contratante, devendo atender com celeridade as solicitações da Contratante.

5.2. Definição dos servidores devidamente capacitados que farão parte da equipe de fiscalização do serviço.

5.3. A licitante vencedora deverá fornecer roteador em comodato para todos os pontos de internet.

5.4. Acompanhamento da execução do serviço.

5.5. O início da execução contratual se dará após a assinatura do contrato, quando será emitida ordem de serviço pela Contratante, para que seja executado o serviço, objeto deste termo.

5.6. Executar as seguintes ações mitigadoras ao impacto ambiental:

- Adoção de práticas corretas no manejo dos resíduos sólidos;
- adoção de práticas adequadas de limpeza e organização do local de guarda temporária;
- Atender as normas sanitárias e legislação ambiental.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. As partes contratuais deverão observar fielmente o pacto firmado, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial nos termos da lei e do instrumento contratual.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A execução do contrato será fiscalizada por agente público designado pela autoridade competente nos termos da regulamentação municipal e do art. 117, *caput*, da Lei 14.133/21

6.5. Além de fiscal, será também designado gestor do contrato nos termos da regulamentação municipal e art. 8º, § 3º da Lei 14.133/21.

6.6. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei Nacional nº 14.133/21, a Contratada que:

- 6.6.1.dá causa à inexecução parcial do contrato;
- 6.6.2.dá causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 6.6.3.dá causa à inexecução total do contrato;
- 6.6.4.deixa de entregar a documentação exigida;



- 6.6.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 6.6.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 6.6.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 6.6.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 6.6.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 6.6.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 6.6.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 6.6.12. praticar um dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846/13.
- 6.7. Serão aplicadas ao (s) responsável (s) pelas infrações administrativas previstas no item 6.6 as seguintes sanções:
 - 6.7.1. advertência;
 - 6.7.2. multa;
 - 6.7.3. impedimento de licitar e contratar;
 - 6.7.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
- 6.8. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 6.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 6.8.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 6.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 6.8.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
 - 6.8.5. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 6.8.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.9. Pela inexecução parcial do objeto contratual, a Administração poderá aplicar, isoladamente, à CONTRATADA a pena de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do § 2º do art. 156 da Lei 14.133/21.
- 6.10. A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 6.1 deste Termo de Referência, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei 14.133/21.
- 6.11. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.6.2; 6.6.3; 6.6.4; 6.6.5; 6.6.6; 6.6.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e o impedirá de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.12. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.6.8; 6.6.9; 6.6.10; 6.6.11 e 6.6.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos 6.6.2; 6.6.3; 6.6.4; 6.6.5; 6.6.6; 6.6.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 6.7.3 deste Termo de Referência, e impedirá o responsável de licitar ou



contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- 6.13. A aplicação das sanções previstas no item 6.7 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano causado à Administração Pública.
- 6.14. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se exigida, ou será cobrada judicialmente.
 - 6.14.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 6.15. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 6.16. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, nos termos do art. 158 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 6.17. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 6.18. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.
- 6.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 6.20. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 6.21. Os atos previstos como infrações administrativas neste Termo de Referência, na Lei nº 14.133/21 ou em regulamentos da Administração Pública deste Município que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 6.22. Compete ao gestor do contrato administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, em especial:



- I - analisar a documentação que antecede o pagamento;
- II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III - analisar eventuais alterações contratuais, após consultado o fiscal do contrato;
- IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- V - acompanhar o desenvolvimento da execução, através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VI – decidir, provisoriamente, pela suspensão da entrega de bens e/ou pela realização de serviços;
- VII - efetuar a digitalização e o armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- VIII - inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- IX - realizar outras atividades compatíveis com a função.

6.23. Compete ao fiscal do contrato acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, em especial:

- I - esclarecer, prontamente, as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias a perfeita execução;
- III - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, à realização de serviços ou à execução de obras;
- IV - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
- V - exigir o uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e coletivos de segurança do trabalho;
- VI - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- VII - receber designação e manter contato com o preposto da contratada e, se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- VIII - solicitar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- IX - requerer, das empresas, testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- X - realizar, na forma do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- XI - propor, à autoridade competente, a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será realizado, no prazo de até 30 (trinta) dias, do mês subsequente, contados da certificação da nota fiscal.
- 7.2. A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura mensalmente, contabilizando as solicitações realizados no período.



- 7.3. Em caso de irregularidade ou imperfeição na emissão da nota fiscal, o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação, desde que devidamente regularizada.
- 7.4. Dos pagamentos devidos serão retidos na fonte, os valores correspondentes aos tributos previstos na legislação vigente.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. O fornecedor dos serviços será selecionado mediante procedimento de licitação pública, que assegura igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabelecem obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de habilitação expostas na lei.
- 8.2. A licitação pública será regida pelos dispositivos da Lei Nacional 14.133/21 e regulamentação municipal pertinente.
- 8.3. A modalidade adotada será pregão eletrônico.
- 8.4. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global.
- 8.5. Será designado a agente pública LORENA PEDREIRA ROCHA, nº de matrícula 826, como Pregoeira do certame.
- 8.6. A disputa será realizada em meio eletrônico, na plataforma eletrônica www.licitanet.com.br, com data e horário a serem definidos pelo Edital.
- 8.7. O modo de disputa será aberto.
- 8.8. O Edital será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas, no site: www.licitanet.com.br e sítio oficial da Prefeitura e seu resumo no Diário Oficial do Município.

9. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme estabelece o artigo 23, § 1, da lei 14.133/2021, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido, de acordo com os parâmetros expostos nos incisos I a V, adotados de forma combinada ou não.

Nesse sentido, conforme prevê, o inciso I, do citado artigo, foi feita pesquisa de preço com prestadores de serviços locais e da região. A pesquisa teve por objetivo levantar preços praticados no mercado para contratação de serviços de internet (banda larga), permitindo à Administração formar valor estimado compatível com a realidade, observando os princípios da economicidade e da vantajosidade.

A adoção do preço médio como critério de estimativa da contratação justifica-se em razão da especificidade do serviço de internet banda larga, que envolve características técnicas próprias, como disponibilidade, estabilidade, suporte técnico, manutenção contínua e cobertura adequada para atendimento das demandas da Administração Pública Municipal. Dessa forma, a utilização da média dos valores obtidos na pesquisa de mercado permite alcançar uma estimativa mais equilibrada e compatível com a realidade do setor, evitando distorções causadas por preços excessivamente baixos ou elevados, assegurando maior razoabilidade, economicidade e vantajosidade para a Administração Pública.

Dessa pesquisa, constatou-se que o valor médio estimado é de R\$ 199.092,00 (cento e noventa e nove mil noventa e dois reais), para o serviço desse objeto.



10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Conforme dispõe o art. 17, do decreto nº 11.462/2023, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

11. DA PREVISÃO DO OBJETO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

11.1. O Município de Conceição do Jacuípe – BA não possui Plano de Contratações previsto para o ano de 2026, conforme consta no Decreto Municipal 443/2023, de 28 de dezembro de 2023, que regulamenta a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, não há previsão de obrigatoriedade do Plano de Contratação Anual (PCA); consoante a dicção do seu art. 24, *caput*, bem como a do art. 12, VII da Lei Nacional 14.133/21, que aponta a sua faculdade para municípios e estados.

Conceição do Jacuípe, Bahia, 07 de maio de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Natalia Silva de Oliveira